

NEOLIBERALISMO E GUERRA HÍBRIDA

ATUAÇÃO DE ONGS INTERNACIONAIS NA
PROMOÇÃO DA MOBILIDADE SOCIAL
FEMININA E SUAS IMPLICAÇÕES NO
CONTROLE GEOPOLÍTICO NA PALESTINA





INTRODUÇÃO

Durante a década de 1990, após a assinatura dos Acordos de Oslo, Ramallah passou a se consolidar como a capital de facto da Palestina, assumindo as responsabilidades político-administrativas do território, uma mudança particularmente abrupta para uma cidade pouco habitada da Cisjordânia. Nesse contexto, Ramallah recebeu novos investimentos internacionais de infraestrutura para abrigar os políticos da recém-criada Autoridade Nacional Palestina (ANP) – órgão administrativo interino estabelecido a partir dos Acordos de Oslo, passando a exercer funções limitadas de autogoverno e administração estatal, sem representar, contudo, a constituição de um Estado palestino, uma vez que persiste formas de ocupação, controle territorial e fragmentação impostas por Israel (AUGENSTEIN, SALHAB, 2025, p. 286–287). Além disso, a cidade tornou-se um pólo de concentração de organizações não governamentais (ONGs), impulsionada pelos grandes fluxos de ajuda internacional (TARAKI, 2008).

Diante do aumento da presença de organizações internacionais em Ramallah, observa-se também a difusão dos princípios associados à agenda neoliberal através, entre outros fatores, da promoção do empreendedorismo feminino como estratégia de autonomia e de ascensão econômica. Contudo, essas iniciativas apresentam vínculos com os interesses israelenses, tornando-se uma outra forma de exercer controle e influência na região, já que, ao priorizar soluções econômicas individuais às mulheres, desvia-se o foco dos problemas estruturais que afetam diariamente suas vidas, sobretudo a condição permanente de ocupação (HUBERMAN; SANTOS, 2026).

A relevância geopolítica deste estudo reside no fato de que estratégias de desenvolvimento promovidas na Palestina, sobretudo no período pós-Oslo, passaram por um intenso processo de transformação, tornando organizações e movimentos menos politizados e interligados às condicionalidades impostas por agentes estrangeiros, frequentemente articuladas aos interesses do poder israelense (KAYALI, 2024). Além disso, os movimentos das palestinas também foram impactados por essas mudanças, que contribuíram para a fragmentação e desmobilização de diversas lutas sociais, ao tornar iniciativas vinculadas às mulheres em mecanismos mais burocráticos e alinhados às dinâmicas do financiamento internacional (JAD, 2010).

INTRODUÇÃO



A partir dos elementos anteriormente discutidos, este relatório tem como objetivo analisar o papel das ONGs na promoção da ascensão econômica das mulheres palestinas na cidade de Ramallah no pós-Oslo, especialmente no período 2020–2025, recorte temporal que corresponde a um contexto de aumento das tensões político-diplomáticas na Palestina, como a apresentação do Plano Trump (2020), o episódio de Sheikh Jarrah em maio de 2021, os ataques de 7 de outubro de 2023 e a intensificação das restrições e operações militares nos territórios palestinos. Para isso, serão examinadas duas ONGs criadas após os Acordos de Oslo: a Business Women Forum Palestine (BWF) e a ASALA – Palestinian Businesswomen’s Association, que contam com financiamento de elites internacionais para promoverem a profissionalização dessas mulheres e a inserção no sistema de “paz neoliberal”, o que Cox (1987) atribui como ponto importante para a manutenção do sistema hegemônico estadunidense ao estabelecer a “hegemonia por consenso”, inicialmente nas instituições e órgãos sociais transnacionais e em decorrência nas mulheres palestinas.

Nesse sentido, busca-se investigar em que medida os programas de empreendedorismo feminino implementados pela BWF e pela ASALA, sob a influência de financiadores internacionais, são moldados por agendas externas e operam como instrumentos de despolitização das demandas de busca por soberania territorial, retorno de refugiados e a construção de um Estado com direitos civis, por parte das mulheres palestinas no cenário pós-Oslo (SAAFİN, 2022).

Por fim, com o objetivo de situar a análise em uma perspectiva geopolítica mais crítica, este trabalho fundamenta-se na literatura sobre Guerras Híbridas de acadêmicos como Colin S. Gray (2007), Ana Penido e Miguel Enrique Stédile (2021), e de Concepções de Hegemonia, desenvolvida por Robert Cox (1981) e José Luís Fiori (2005).



CONTEXTUALIZAÇÃO

A Palestina, localizada entre o Mar Mediterrâneo e o rio Jordão, esteve sob domínio do Império Otomano até a Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, sob Mandato Britânico. A partir da Declaração de Balfour (1917) e da intensificação da imigração judaica para a região, os conflitos entre árabes palestinos e o movimento sionista foram se aprofundando, culminando na criação do Estado de Israel em 1948 e no deslocamento em massa da população palestina, o episódio de Nakba (catástrofe em árabe).

Desde então, a dinâmica de poder entre o governo israelense e a população palestina passou a representar uma prolongada política de opressão e ocupação, baseada em uma narrativa de conflito étnico-religioso que, na verdade, tem como objetivo a dominação territorial e política. Essa relação é expressa não só pela violência sobre a população árabe, mas também pelo silenciamento e violência direcionados especificamente às mulheres palestinas.

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DOS TERRITÓRIOS PALESTINOS DE 1946 A 2020



Fonte: Al Jazeera (2020)

No contexto das Intifadas Palestinas, especialmente após a Primeira Intifada (1987), a pressão internacional por uma solução diplomática intensificou-se, levando à assinatura dos Acordos de Oslo entre Israel e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em 1993, intermediados pelo governo Clinton, dos Estados Unidos. Os acordos propunham um processo gradual de paz, criando a Autoridade Nacional Palestina e



CONTEXTUALIZAÇÃO

concedendo autonomia limitada a partes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Apesar de representarem um marco diplomático, questões centrais como as fronteiras definitivas, o status de Jerusalém, os assentamentos israelenses e o retorno dos refugiados palestinos não foram sequer formalizadas (CAMARANO, 2021, p. 35).

A abertura institucional gerada por Oslo favoreceu, ainda, a proliferação de organizações não governamentais financiadas por potências ocidentais, como Estados Unidos e países europeus, no território palestino, fato que se tornaria estruturante para a pauta dos movimentos sociais nas décadas seguintes, incluindo o movimento de mulheres.

A participação das mulheres palestinas na resistência política não é recente. As mulheres árabes foram pioneiras nos protestos contra os primeiros assentamentos sionistas ainda no século XIX (MISLEH, 2019), em uma conjuntura que já configurava uma manobra de limpeza étnica para o estabelecimento de um Estado exclusivamente judeu na Palestina. Marteu (2012), Gobo e Santos (2015) e Misleh (2019; 2020) discorrem sobre a mobilização política das mulheres israelenses e palestinas no século XX, sob o domínio otomano e depois sob o Mandato Britânico, evidenciando que resistência e identidade nacional se constituíram juntas. Segundo Santos (2021), os movimentos femininos palestinos evoluíram de comitês assistencialistas a nacionalismos e, por fim, deram origem a diferentes feminismos palestinos, rompendo com a visão ocidental que frequentemente retrata a mulher palestina apenas como vítima passiva.

As perspectivas feministas não ocidentais passam, então, a integrar as análises geopolíticas do conflito palestino, ampliando o debate para além das questões exclusivamente de gênero, como as ideias de hegemonia de Robert Cox (1987) e José Luís Fiori (2005), a atuação estrangeira na Palestina e interesses políticos instrumentalizados, especialmente na nova ordem global liberal, por instituições, consensos e infiltração em movimentos sociais, como forma de manutenção de consenso hegemônico. Como desenvolvido por Cox (1992; 1996, pág. 151) no âmbito das teorias neo-gramscianas, um elemento fundamental para que uma hegemonia se estabeleça e se sustente de forma duradoura em determinado território é sua internalização nas estruturas sociais, por meio da difusão cultural e ideológica.

CONTEXTUALIZAÇÃO



Dessa forma, a hegemonia não se restringe à imposição coercitiva, mas depende, sobretudo, da incorporação de valores, normas e concepções de mundo que garantam o consentimento dos grupos sobre os quais se exerce. O autor expande a noção de domínio e intervenção além da dimensão física. Isso ocorre porque tal realidade, seja ela nacional ou internacional, também se constitui de maneira institucional ao se impor uma posição mora estabelece-se um padrão que orienta e legitima determinadas ações. É nesse processo que a Ásia Ocidental é frequentemente representada como inferior e carente de intervenção moral, o que contribui para fragilizar a resistência às influências e intervenções externas.

Esse cenário coloca o olhar feminista diante de uma tensão estrutural: de um lado, o empoderamento de mulheres dentro da ordem liberal hegemônica; de outro, a perspectiva das mulheres palestinas, para quem a emancipação está diretamente ligada ao reconhecimento de seus direitos nacionais. Como aponta Pamela Camarano (2021), os movimentos das mulheres palestinas, desde a crescente onda sionista (1898), são dependentes do posicionamento nacional contra imperialistas e colônias que desacordam com o reconhecimento da autonomia e soberania do povo e Estado da Palestina (JACOBY, 1999, p. 513). Tal colocação levanta um conflito moral sobre a real pretensão das organizações não governamentais atuantes nesses territórios. A partir da perspectiva neo gramsciana e das concepções de hegemonia formuladas por Cox (1983), poderiam as atuações dos Estados Unidos e de Israel no cenário internacional serem compreendidas como formas de infiltração hegemônica voltadas à desmobilização desses movimentos dentro de organizações?

Existe certa interseccionalidade na produção de desigualdades históricas sobre o território palestino. Desde a proposição da solução dos dois Estados, a dinâmica de poder entre o governo israelense e a população palestina, após a guerra que levou à criação do Estado de Israel em 1948, passou a representar o que seria uma prolongada política de opressão e ocupação. Essa relação, baseada em uma narrativa de conflito étnico-religioso, mas que, na verdade, tem como objetivo a dominação territorial e política, é expressa não só por como a população árabe é violentada, mas também pelo silenciamento e violência direcionados às mulheres palestinas.

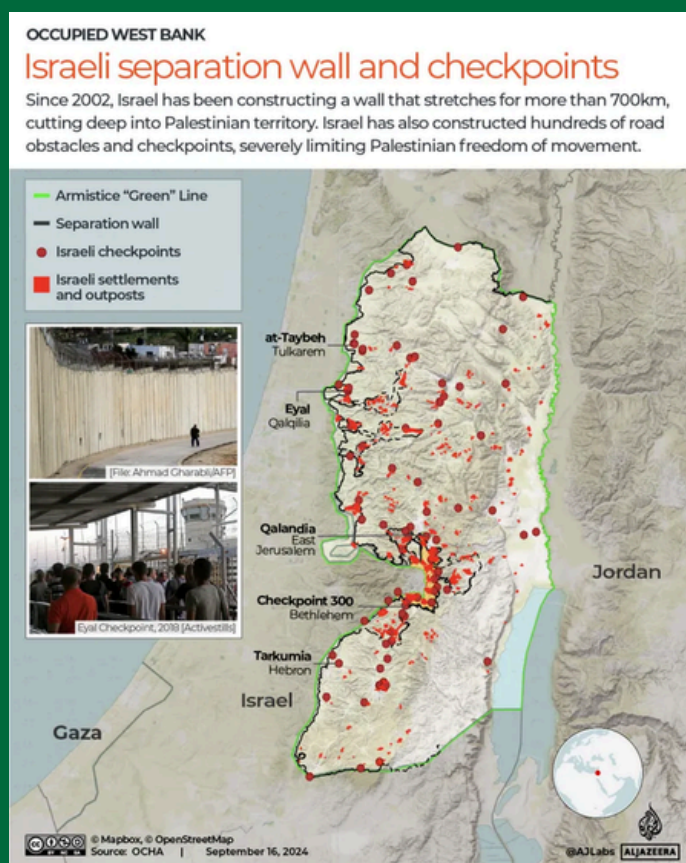
CONTEXTUALIZAÇÃO



Após a Nakba (catástrofe, em árabe), da Guerra dos Seis Dias (1967), da Guerra do Yom Kippur (1973) e operações na Faixa de Gaza, bloqueada desde 2007, e os mais recentes ataques, a conclusão sobre a mobilização territorial é de que os obstáculos físicos e burocráticos à mobilidade, como o sistema de checkpoints e permissões, estruturam mercados, acesso a serviços, trabalho, cuidado e pertencimento territorial, que afetam desigualmente as mulheres. Em fevereiro de 2025, a OCHA registrava 849 obstáculos de movimento na Cisjordânia, incluindo 94 checkpoints permanentes, 153 checkpoints parciais, 205 portões rodoviários, 180 montes de terra e 116 bloqueios de estrada; o conjunto “entrincheira” a fragmentação territorial e social (OCHA, 2025).

Com isso, aponta-se o tratamento diferenciado que as mulheres sofrem nesses checkpoints e permissões, afetando sua (possibilidade de) presença no mercado de trabalho, ida a serviços de saúde e até a travessia com crianças. Griffiths e Repo (2021) mostram que os checkpoints atuam como espaços generificados que disciplinam mobilidade, corporeidade e cuidado.

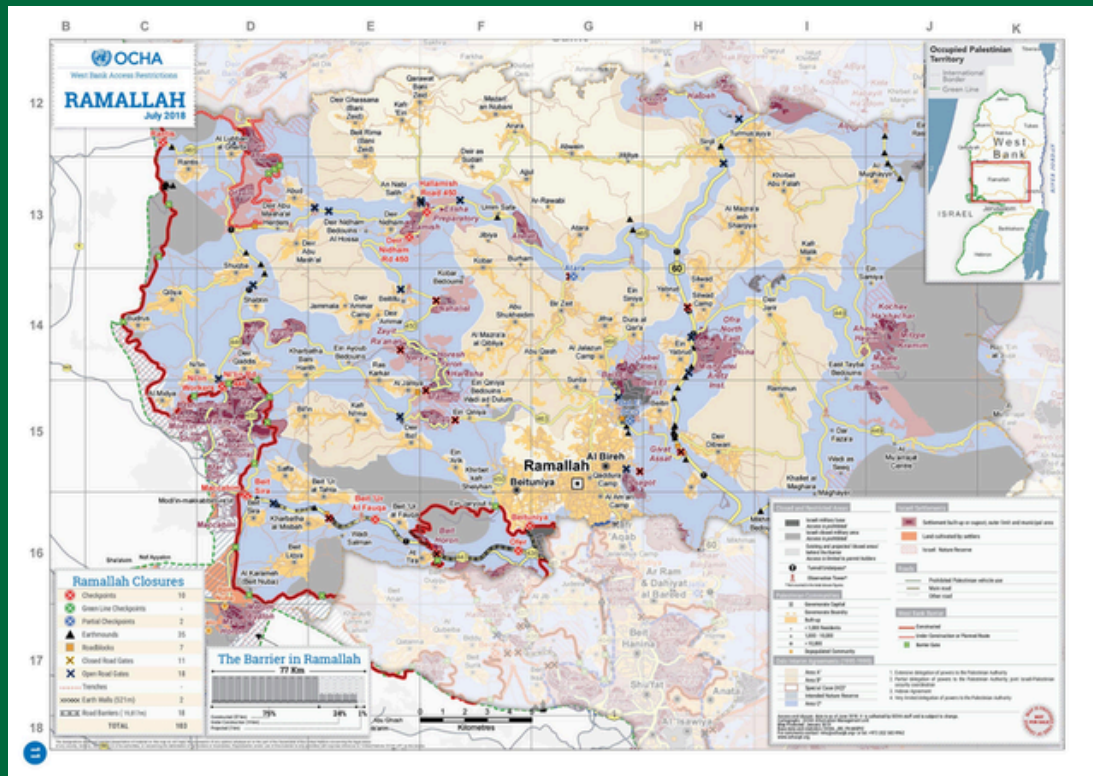
FIGURA 2 – MAPA EXIBINDO OS PRINCIPAIS CHECKPOINTS ISRAELENSES NA CISJORDÂNIA



Fonte: Al-Jazeera (2024)



FIGURA 3 – MAPA DA PROVÍNCIA DE RAMALLAH, COM A CAPITAL HOMÔNIMA LOCALIZADA AO SUL E OS PRINCIPAIS CHECKPOINTS ISRAELENSES EM SEUS ARREDORES



Fonte: OCHA (2018)

Os microcréditos para a população palestina, no entanto, era um mercado grande em 2025, com, aproximadamente, 63 mil clientes ativos compondo uma carteira de U\$314 milhões. Desse mercado, somente 29% da carteira é composto por mulheres. O estudo conjunto Banco Mundial–Autoridade Monetária Palestina mostra que, entre setembro de 2023 e setembro de 2024, os empréstimos a mulheres caíram 39% em Gaza e 9% na Cisjordânia, enquanto as clientes passaram a priorizar gastos imediatos e manutenção de renda. Ao trazer essa realidade das mulheres palestinas no quesito econômico, entende-se que os territórios estão inseridos em uma lógica de financeirização coercitiva, pois, sob o argumento de Fiori (2024, p. 344–348), o capitalismo global expressa uma reorganização da hegemonia norte-americana a partir dos anos 1970, na qual a centralidade do dólar e a liberalização dos fluxos financeiros estruturam um mecanismo de poder que articula e subordina Estados periféricos,



CONTEXTUALIZAÇÃO

limitando sua autonomia econômica e reforçando a dominação financeira no sistema internacional.

Kuttab (2008; 2010) argumenta que a profissionalização/ONGização desarticulou o movimento de mulheres em suas formas de mobilização para uma tecnocracia que usa advocacy como ferramenta de incidência, lançando mão da discussão politizada que faz relação entre gênero e liberdade nacional. Nazzari, Stringfellow e Maclean (2025) acrescentam que a ONGização institucionaliza dependência e fragmentação, reduzindo possibilidades de resistência coletiva. O relatório feminista da Escola de Cultura de Pau/UAB 2023 vai na mesma direção ao mostrar que o discurso institucional dominante frequentemente reduz empoderamento à capacidade da mulher de “se sustentar individualmente”, ajustando-se ao modelo neoliberal em vez de transformar as barreiras estruturais.

Ao realizar-se o levantamento dos principais atores e os seus interesses centrais, pode-se observar que os interesses israelenses na mobilidade social feminina consistem-se em três pilares: o primeiro, em uma estratégia de contra-insurgência neoliberal, ou seja, conter possíveis revoluções anticoloniais através da promoção da doutrina empoderamento feminino, atribuindo maior preocupação das mulheres palestinas à proteção do capital privado, criando a ilusão do alcance a prosperidade econômica sem a necessidade de soberania política. O segundo pilar está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento econômico, de forma que a força de trabalho das mulheres resulte na arrecadação de receitas fiscais municipais israelenses, que atualmente já é recolhido em Jerusalém Oriental, uma vez que a ocupação israelense em território palestino, possibilitará a arrecadação do Arnona – imposto predial municipal do Estado de Israel – que será recolhido em propriedades comerciais, onde essas mulheres atuarão profissionalmente e revertidos para o fundo monetário israelense no uso do desenvolvimento do Estado-nação. O último pilar é o estabelecimento “pacífico” da prática colonial, ao utilizar de investimentos em centros de formação profissional com um currículo escolar israelense com aulas em hebraico, as mulheres palestinas serão inseridas na cultura e economia do Estado de Israel.

Equivalente aos interesses do Estado de Israel, os Estados Unidos focam no desenvolvimento do modelo neoliberal econômico que despolitiza as mulheres na luta pela soberania do Estado Palestino, que resulta no enfraquecimento de evoluções locais e permite que o Estado norte

CONTEXTUALIZAÇÃO



americano fortaleça a sua hegemonia global. Nisso, instituições e organizações como a Business Women Forum Palestine e a ASALA – Palestinian Business Women 's Association, dentro de uma rede mais ampla de ONGs dependentes de financiamento externo intensificado no período pós-Oslo, passaram a operar sob as condicionalidades impostas pelos Estados Unidos, dado os grandes aportes destinados aos territórios palestinos. Entre essas exigências, destaca-se a adoção de uma “infraestrutura antiterrorista”, caracterizada pela ausência de vínculos com organizações classificadas como “terroristas” e formas de monitoramento institucional alinhado à agenda de segurança nacional estadunidense (BHUNGALIA, 2015).

Os interesses da União Europeia na promoção da mobilidade social feminina na Palestina, principalmente em Ramallah e na Autoridade Palestina (AP), combinam objetivos de desenvolvimento com estratégias de estabilização e influência indireta. Por meio do financiamento de ONGs, a UE incentiva o empreendedorismo e inserção econômica das mulheres, promovendo inclusão, mas também implementando uma lógica neoliberal que prioriza soluções individuais e diminui o foco na mobilização coletiva orientada à autodeterminação do povo palestino. Esse modelo contribui para uma forma de governança indireta, produzindo um ambiente social mais estável, previsível e alinhado a interesses regionais europeus.

As mulheres palestinas constituem o principal alvo da estratégia de despolitização promovida pelo modelo neoliberal de ajuda externa e pela governança da ocupação. Seus interesses e posições são marcados por uma dualidade imposta pela sobrevivência material: de um lado, a busca pela mobilidade social e autonomia econômico através do empreendedorismo e da educação técnica, frequentemente financiados por ONGs internacionais, apresenta-se como uma resposta imediata ao asfixiamento da economia local e à desestruturação familiar causada pelo conflito. Por outro lado, essas mulheres representam historicamente o pilar da “Sumud” (perseverança), onde o progresso individual é indissociável da libertação nacional (KAYALI, 2024).

A tensão central reside no fato de que o interesse dessas mulheres em alcançar estabilidade financeira é capturado por táticas de Guerra Híbrida tentam converter sua agência política em uma “cidadania econômica” subordinada,

CONTEXTUALIZAÇÃO



Ao serem inseridas em centros de formação com currículos estrangeiros ou voltados ao mercado israelense, as mulheres palestinas enfrentam o risco da fragmentação de sua identidade coletiva, onde a luta pela soberania territorial é substituída pela gestão da vida privada e pelo consumo. Assim, o ator “mulher palestina” neste mapeamento simboliza o campo de batalha entre a integração subordinada ao capital regional e a manutenção de redes de solidariedade social que resistem à normalização da ocupação através do bem-estar econômico.

O interesse da Organização das Nações Unidas e de outras organizações internacionais está fundamentado na promoção de um modelo de desenvolvimento neoliberal econômico que posiciona o empreendedorismo feminino como o motor central da construção de um futuro Estado com moldes ocidentais. Através da lógica de “smart economics”, a ONU, por meio de sua estratégia de Women’s Economic Principles (WEP) em suas agências, promove a qualificação das mulheres a economia, dentro da lógica de mercado capitalista (DULHUNTY, BESSEL, 2025; ROBERTS, 2015). Consequentemente a esse desenvolvimento econômico, ocorre a despolitização das mulheres palestinas, pois programas de empoderamento das Nações Unidas em países em desenvolvimento, frequentemente diminuem a agência política das mulheres, afastando o envolvimento delas em revoluções que resultem em conflitos armados e tragam danos à integridade física. Podemos nomear esses interesses como um nexo de segurança-desenvolvimento, onde o fomento econômico é utilizado como uma estratégia de pacificação para conter resistências e institucionalizar a estabilidade regional. (HUBERMAN, SANTOS, 2026).

A Autoridade Nacional Palestina (ANP), criada após os Acordos de Oslo como um órgão provisório, exerce controle limitado sobre partes da Cisjordânia e, até 2007, em Gaza, mantendo-se como um “quase-Estado” sem soberania plena e dependente de coordenação com Israel, além de forte apoio financeiro e político externo (AUGENSTEIN, SALHAB, 2025, p. 286–287). Essa configuração impacta a luta das mulheres palestinas. Historicamente vinculada à resistência nacional e a lutas políticas, ela passa, após Oslo, por um processo de institucionalização e “ONGização”, movendo para pautas mais técnicas como empreendedorismo e inclusão social. Com forte dependência de financiamento internacional, muitas iniciativas se afastam da dimensão anticolonial, contribuindo para uma

CONTEXTUALIZAÇÃO



despolitização relativa e para a transformação das demandas sociais em formatos institucionais que limitam a mobilização política mais ampla.

As ONGs palestinas voltadas ao empreendedorismo feminino, como o Business Women Forum (BWF) e a ASALA, desempenham papel relevante na estrutura socioeconômica, especialmente em Ramallah, ao promover o empoderamento econômico das mulheres e integrá-las a redes internacionais de financiamento e cooperação. Sendo assim, abaixo há uma tabela com a especificação de suas atividades, objetivos, projetos e formas de atuação política e institucional, especialmente suas estratégias de advocacy e incidência política.

TABELA 1 – PRINCIPAIS INFORMAÇÕES COMPARATIVAS ENTRE AS ONGS BUSINESS WOMEN FORUM–PALESTINE (BWF) E PALESTINIAN BUSINESSWOMEN’S ASSOCIATION (ASALA)

Nome da ONG	BWF	ASALA
Localização	Ramallah - Palestina	Ramallah - Palestina
Público alvo	Mulheres Palestinas	Mulheres Palestinas
Objetivo declarado	Promover o empoderamento econômico das mulheres palestinas através de práticas empreendedoras e participação no mercado de trabalho.	Promover o empoderamento econômico e social das mulheres marginalizadas palestinas por meio de práticas empreendedoras.
Atividades Exercidas	Capacitação e desenvolvimento de habilidades; apoio ao empreendedorismo; acesso a financiamento e mercados; promoção de networking; empregabilidade e inserção no mercado de trabalho.	Microfinanciamento e apoios financeiros; capacitação e desenvolvimento de habilidades; acesso a mercados; mentoria, acompanhamento e suporte técnico; promoção de networking.

CONTEXTUALIZAÇÃO



Projetos atuais	AMALI (programa de capacitação às mulheres); NAWAH (programa de mentoria, capacitação e networking); POWERED BY WOMEN (treinamentos, financiamento, mentoria e foco em redes de negócios).	MedBEEsInessHubs (microfinanciamento e capacitação às mulheres na apicultura); InnovAgroWoMed - programa de capacitação e treinamento para empreendedoras do setor alimentício.
Estratégias de advocacy, incidência política e exemplos	Promoção da participação feminina em posições de liderança e conselhos administrativos; elaboração de diálogos institucionais; articulação com redes internacionais de governança econômica e liderança empresarial feminina. O programa “Women Champions on Board”, é um exemplo de inserção de mulheres em conselhos administrativos e espaços de tomada de decisão empresarial, em articulação com redes internacionais como a OECD-MENA Women’s Business Forum.	Defesa de direitos econômicos e sociais das mulheres; promoção de campanhas de conscientização; articulação com autoridades locais e organismos internacionais; participação em coalizões internacionais de direitos humanos. A campanha “Grassroots Advocacy”, é um esforço da ASALA na conscientização sobre direitos sucessórios e herança feminina em áreas rurais, em cooperação com o Ministério de Assuntos da Mulher e lideranças religiosas locais.

Fonte: Elaborado pelos autores

De acordo com a tabela 1, a BWF e a ASALA promovem o empoderamento econômico das mulheres palestinas através do empreendedorismo e da capacitação profissional, mas por meio de estratégias distintas: enquanto a BWF atua de forma mais integrada às agendas internacionais de liderança empresarial e governança econômica, a ASALA concentra-se no microfinanciamento, advocacy social e desenvolvimento comunitário voltado sobretudo às mulheres rurais.

CONTEXTUALIZAÇÃO



Pode-se separar a ampla rede de instituições parceiras da BWF e da ASALA em cinco grupos, sendo eles: agências governamentais internacionais, agências da ONU, ONGs internacionais, empresas e organizações palestinas e organizações e empresas internacionais.

TABELA 2 – INSTITUTOS PARCEIROS DAS ONGS BUSINESS WOMEN FORUM – PALESTINE E PALESTINIAN BUSINESSWOMEN'S ASSOCIATION SEPARADOS POR CATEGORIA

Instituições	BWF	ASALA
Agências governamentais internacionais	Cooperación Española (Governo da Espanha); Italian Agency for Development Cooperation (Governo da Itália); Polish Aid (Governo da Polônia); Governo do Canadá; UK Aid from the British People (Governo do Reino Unido); Swiss Agency for Development and Cooperation SDC (Governo da Suíça); USAID (Governo dos Estados Unidos); Arab Fund for Economic & Social Development (governos árabes regionais); Middle East Partnership Initiative (MEPI (Governo dos Estados Unidos)	Governo do Canadá; Australian Aid (Governo da Austrália); União Europeia.
Agências da ONU	Food and Agriculture Organization of the United Nation (FAO); United Nations Development Programme (UNDP); United Nations Industrial Development Organization (UNIDO); UN Women.	

CONTEXTUALIZAÇÃO



Agências da ONU	Food and Agriculture Organization of the United Nation (FAO); United Nations Development Programme (UNDP); United Nations Industrial Development Organization (UNIDO); UN Women.	-
ONGs internacionais	Cherie Blair Foundation for Women (Reino Unido); Oxfam International (Reino Unido); CARE International (Estados Unidos); Action Against Hunger (França); SPARK (Países Baixos); BiD Network (Países Baixos); WeWorld (Itália); Vital Voices Global Partnership (Estados Unidos)	-
Empresas e organizações palestinas	The National Bank (TNB); Tawoon (Welfare Association); Bank of Palestine; Palestine Investment Fund Arab; Palestinian Investment Company (APIC); Kurdi & Co. (Escritório de advocacia palestino).	ACAD (Arab Center for Agricultural Development); Palestine Monetary Authority (autoridade monetária palestina); Al-Nadjah (ONG palestina).
Organizações e empresas internacionais	CIPE (Center for International Private Enterprise, Estados Unidos); Cowater Internacional (Canadá); IEMed (Espanha); Development Alternatives Inc. (DAI, Estados Unidos).	Câmara de Comércio e Indústria do Chipre; Câmara da Cooperação Árabe-Italiana (Itália); Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura de Zahle e Bekaa (Líbano); Confederação de Associações Empresariais Egípcias-Europeias (Chipre); CIPE (Center for International Private Enterprises, Estados Unidos); DanChurchAid (Dinamarca); A.M. Filagrotiki Consultants (Chipre); Confederação de Associações Empresariais Egípcias-Europeias (Chipre).

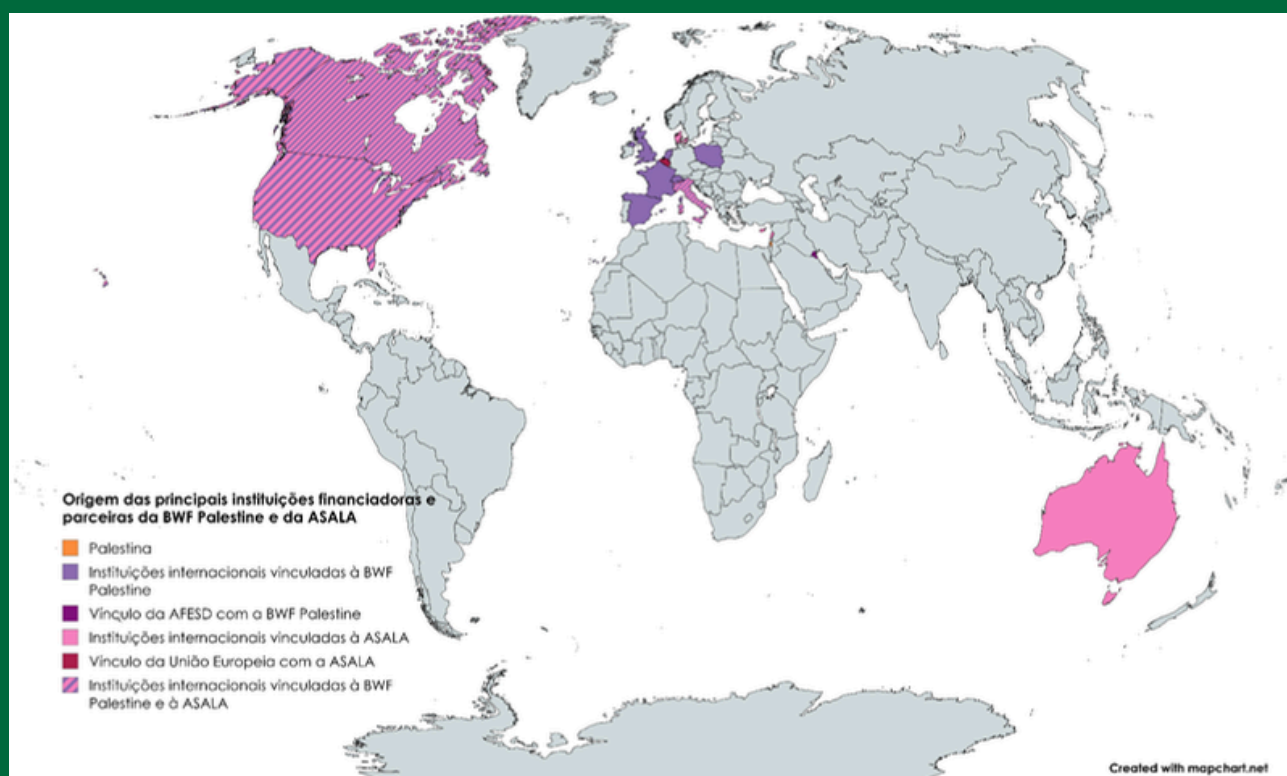
Fonte: Elaborado pelo autores

CONTEXTUALIZAÇÃO



Conforme apresentado na tabela 2, tanto a BWF quanto a ASALA possuem forte articulação com redes internacionais de financiamento e desenvolvimento, sobretudo ligadas a instituições norte-americanas e europeias. A BWF demonstra maior integração a agendas transnacionais de governança econômica, empreendedorismo e fortalecimento do setor privado, já a ASALA combina essas agendas com mecanismos locais de microfinanças, advocacy social e desenvolvimento comunitário. Ambas, entretanto, apresentam significativa dependência institucional e programática de atores estrangeiros no contexto palestino pós-Oslo. A rede internacional de instituições vinculadas à BWF Palestine e a à ASALA é sintetizada na Figura 4.

FIGURA 4 – REDE INTERNACIONAL DE INSTITUIÇÕES VINCULADAS À BWF PALESTINE E À ASALA



Fonte: Elaborado pelos autores com mapchart.net

ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA ANÁLISE



A partir do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, o ativismo social na Palestina passou por uma profunda transformação com a supervisão de ONGs guiadas por um modelo de governança neoliberal, processo que acabou atualizando formas mais orgânicas e de base dos movimentos sociais. Essa alteração afetou de maneira incisiva os movimentos de mulheres, que perderam sua base social ampla em prol de uma profissionalização necessária para atender aos padrões de doadores e agências internacionais.

O feminismo adotado por grande parte dessas ONGs é caracterizado como um "feminismo liberal", que entende o gênero como um conceito individual e foco no acesso das mulheres ao mercado e aos recursos, como o microcrédito. Essa abordagem ignora os fatores macroeconômicos e o controle de recursos intrínsecos à ocupação, resultando na despolitização do gênero. As pautas das mulheres são separadas do contexto político de liberação nacional, modificando o ativismo em agendas padronizadas globais e diminuindo as palestinianas a meros "grupos-alvo" de projetos de curto prazo, em vez de agentes políticos. Como resultado, os movimentos sociais autênticos e contínuos correm o risco de serem extintos assim que os financiamentos dos projetos acabam (JAD, 2007; WILDENRADT et al., 2018).

Esse sistema neoliberal implantado pelas ONGs atua diretamente na fragmentação da identidade coletiva palestina, promovendo o individualismo, a apatia política e o consumismo. A resistência coletiva contra a ocupação é incentivada à medida que a juventude e as mulheres são ensinadas a focar exclusivamente em seus problemas individuais, no empreendedorismo e na salvação econômica pessoal (MERZ, 2012; HUBERMAN; SANTOS, 2026). Trata-se de uma disputa pela subjetividade: ao internalizar a lógica do mercado como horizonte de possibilidades, o sujeito colonizado passa a enxergar sua emancipação não pela via da luta coletiva, mas pelo sucesso individual, mecanismo clássico de conquista de corações e mentes, próprio das guerras irregulares contemporâneas.

É nesse cenário que o conceito de Guerras Híbridas, conforme abordado por Ana Penido e Miguel Stédile (2021), serve como lente analítica central. As guerras híbridas envolvem métodos flexíveis e abordagens indiretas, em que o poder hegemônico ataca um Estado ou sociedade utilizando ferramentas não militares, como a mídia, avaliações econômicas, think tanks e, notavelmente, ONGs. A influência cultural e o financiamento são reforçados como as ferramentas mais baratas e eficientes para a



imposição de uma hegemonia. Nessa modalidade de conflito, a guerra irregular não se trava apenas no campo de batalha, mas sobretudo no terreno das ideias, dos valores e das identidades, e o empreendedorismo neoliberal funciona como uma de suas armas mais sofisticadas, ao apresentar a integração ao mercado como sinônimo de liberdade e progresso.

Em vez de focar na aniquilação física do inimigo por meio das Forças Armadas regulares, a guerra híbrida visa o controle do ambiente simbólico, buscando quebrar a vontade do oponente por meio de operações psicológicas e manipulação do terreno social. O objetivo muitas vezes é gerar um "caos administrado" ou a fragmentação interna, comprometendo a estrutura e a capacidade de ocorrência coletiva do alvo.

No contexto palestino, a imposição das agendas dos doadores internacionais atua como um mecanismo de guerra híbrida. Os financiadores estrangeiros exercem poder político ao ditar restrições rigorosas, inclusive proibindo o uso da palavra "ocupação" em projetos, o que força a narrativa a tratar os palestinos apenas como uma nação pobre de um país em desenvolvimento, ignorando o conflito político e o colonialismo em curso. A conquista de corações e mentes opera, assim, pela sedução do discurso do desenvolvimento: ao oferecer microcrédito, capacitações empreendedoras e inserção no mercado global, os agentes do poder hegemônico não precisam recorrer à força bruta para neutralizar a resistência, bastando reconfigurar os desejos e as aspirações da população-alvo.

Essa dimensão "soft" da guerra híbrida, contudo, não opera no vácuo: ela é complementada e sustentada por uma violência direta e sistemática, especialmente na Cisjordânia. Em Ramallah e em sua região, epicentro tanto da Autoridade Palestina quanto de grande parte das ONGs em questão, apenas em outubro de 2024, o exército israelense e colonos realizaram 2.350 violações, com a maior concentração de ataques registrada justamente em Ramallah e Al-Bireh. As incursões militares cotidianas, as demolições de casas e fazendas, como a derrubada de uma propriedade rural em Sufa, a oeste de Ramallah, por um bulldozer do exército israelense, e os ataques de colonos protegidos pelas forças de segurança compõem o pano de fundo permanente sobre o qual a engenharia social das ONGs opera. Em abril de 2024, centenas de colonos israelenses promoveram ataques violentos em aldeias da Cisjordânia, incluindo al-Mughayyir, Duma e Deir Dibwan, com mortes e destruição

ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA ANÁLISE



de propriedades, episódios que raramente aparecem nas pautas dos projetos financiados internacionalmente. É precisamente nessa combinação entre coerção militar e domesticação cultural que reside o hibridismo da estratégia israelense: enquanto a violência direta fragmenta a capacidade organizativa das comunidades, o onguismo neoliberal ocupa o espaço resultante, oferecendo soluções individuais para um problema estrutural e coletivo.

Ao reproduzir e penetrar em todos os espaços da sociedade, o setor de ONGs atua para neutralizar e despolitizar comportamentos e aspirações. O apoio externo condicionado aos modelos neoliberais fratura qualquer tipo de financiamento estrangeiro possível.

Tanto os Estados Unidos quanto Israel, dispõem em seus órgãos nacionais sistema de combate ao terrorismo o movimento de resistência e a unidade nacional, remodelando as concepções dos palestinos para que atuem como indivíduos atomizados e privados, trabalhando pelo seu próprio sucesso econômico, em vez de lutarem pelo objetivo coletivo de liberdade política.

Assim, conclui-se que o financiamento internacional direcionado ao "empoderamento feminino" ou "desenvolvimento", sem o enfrentamento das causas raízes da opressão, funciona como uma tática de guerra híbrida e de guerra irregular travada no plano cultural. Ele enfraquece a soberania popular por dentro, melhorando a mobilização coletiva das mulheres palestinas por um onguismo burocrático e dependente que não ameaça o status quo hegemônico e colonial e que, ao contrário, contribui para consolidá-lo ao conquistar, palmo a palmo, os corações e as mentes daqueles que deveriam resistir.

Essa fragilidade de representação e instabilidade se estende à sociedade civil e ao avanço de ONGs palestinas com suas causas. Historicamente, a questão palestina dependeu de redes civis transnacionais para obter visibilidade e legitimidade, como os movimentos feministas árabes que atuavam na Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino. São justamente essas redes que, nas últimas décadas, tornaram-se alvo de mecanismos de controle e securitização



No cenário internacional, os riscos projetados para a Palestina são críticos. Desde a ascensão do movimento sionista, os palestinos enfrentam obstáculos estruturais à sua reafirmação no sistema internacional. Obstáculos estes que se intensificaram com a coalizão entre Estados Unidos e Israel, em destaque o ano de 2023, na dizimação e controle sistemático da população palestina. Um exemplo disso são os avanços lentos e limitados da Palestina em obter reconhecimento internacional pleno de seu território e de sua população enquanto Estado soberano.

Ainda assim, alguns marcos produziram resultados importantes, como em 2012, quando a Palestina obteve o status de Estado observador não membro na ONU, ampliando minimamente a visibilidade internacional de sua causa e permitindo uma gradual transformação da narrativa global sobre o conflito. Isso pode ser observado, por exemplo, nas denúncias e posicionamentos recentes da própria ONU acerca dos acontecimentos no oeste asiático e das violações humanitárias envolvendo a população palestina. Contudo, esse reconhecimento permanece restrito, uma vez que o Conselho de Segurança continua condicionado ao poder de veto estadunidense, configurando uma vulnerabilidade institucional explorada por potências hegemônicas para justificar o adiamento contínuo de soluções soberanas para a Palestina, o que impacta diretamente nos riscos políticos do país que, por sua vez, é diretamente determinante para a causa das mulheres. Apesar da já existente divisão territorial desde o ano de 1948, a divisão política entre Cisjordânia e Gaza que entrou em vigor após o ano de 2007 fragmentou as prioridades do movimento feminista palestino, deixando-o vulnerável a agendas conservadoras e à despolitização progressiva de suas lutas. Essa dinâmica opera pelo que Bieler e Morton (2004) definem como "hegemonia por consenso", a construção de instituições que internalizam valores globais em forças sociais locais, instrumentalizada na Palestina por meio da ONGização.

Essa fragilidade de representação e instabilidade se estende à sociedade civil e no avanço de ONGs palestinas com suas causas. Historicamente, a questão palestina dependeu de redes civis transnacionais para obter visibilidade e legitimidade, como os movimentos feministas árabes que atuavam na Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino. São justamente essas redes que, nas últimas décadas, tornaram-se alvo de mecanismos de controle e securitização.



Em 2021, a matéria da Folha de São Paulo divulgou que o executivo estadunidense categorizou seis ONGs palestinas como terroristas, alegando suposto financiamento a grupos armados. Entre elas estava a Union of Palestinian Women's Committees, entidade dedicada aos direitos econômicos e políticos das mulheres. A alta-comissária da ONU, Michelle Bachelet, e especialistas independentes se pronunciaram contrariamente à medida, evidenciando o risco direto ao financiamento dessas organizações e à sua credibilidade internacional. Esse processo de securitização, aprofundado após 2005, não se restringe ao plano externo: a própria Autoridade Nacional Palestina, sob o governo do Fatah em Ramallah, adotou medidas de re-registro e fechamento de ONGs com os mesmos argumentos de "segurança" e "combate ao terrorismo" (JAD, 2007; SAMARA, 2002).

O risco econômico aprofunda ainda mais esse cenário de vulnerabilidade. A forte dependência de atores internacionais com interesses geopolíticos, como a Middle East Partnership Initiative (MEPI) e a United States Agency for International Development (USAID), torna a Palestina particularmente suscetível aos impactos de crises e conflitos. Nesse contexto, a interrupção da USAID em 2025, por decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, evidencia como a continuidade de programas sociais e de desenvolvimento pode ficar condicionada a decisões externas. Em situações de guerra híbrida, essa dependência tende a ampliar a expectativa em torno da ajuda humanitária, ao mesmo tempo que abre espaço para modelos assistencialistas voltados principalmente à manutenção da sobrevivência imediata, sem promover perspectivas concretas de crescimento econômico sustentável e autonomia para a população palestina.



No âmbito regional, o risco de uma crise econômica é moderado, mas preocupante, dado que, além da Palestina, países vizinhos como Egito e Líbano também estão inseridos na lógica da “ONGização” neoliberal. A intensificação das ações militares israelenses dificulta o desenvolvimento econômico e social da região, causando impactos devastadores sobretudo à Palestina e ao Líbano (JAD, 2004).

Além disso, ao analisar a estrutura regional de dependência da ajuda internacional sob a ótica da ASALA, uma das organizações analisadas neste trabalho, os impactos podem ser mais críticos. Um exemplo disso é o programa MedBEESinessHub, voltado à capacitação de mulheres nas práticas de apicultura, cuja atuação abrange não apenas a Palestina, mas também Egito, Líbano, Chipre e Itália. Dessa forma, caso ocorra qualquer instabilidade capaz de comprometer esse canal de cooperação, não apenas comunidades palestinas seriam afetadas, mas também egípcias e libanesas.

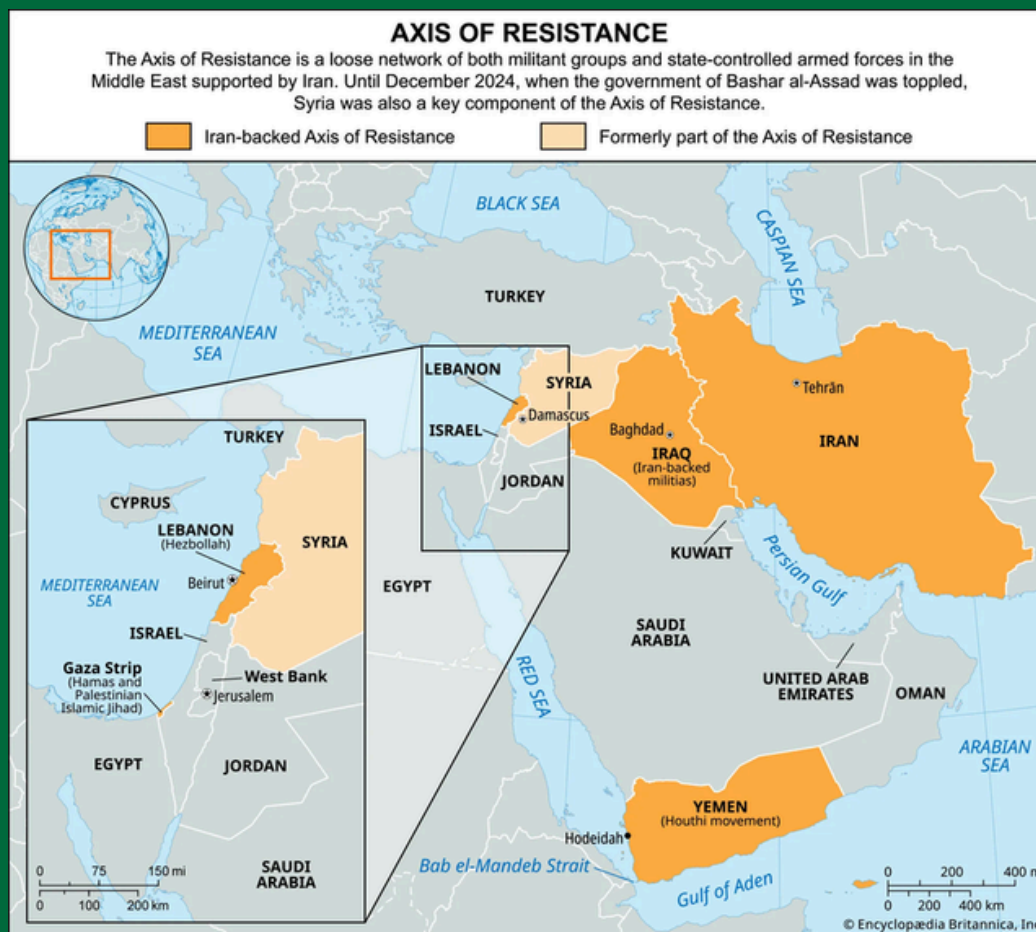
Outro risco elevado e perceptível na região refere-se à instabilidade e à fragmentação política. Segundo Jad (2018, p. xii), no contexto palestino, sobretudo Gaza, o Hamas passou progressivamente a ocupar espaços político-sociais do território. Um dos fatores apontados para esse processo foi o avanço da ONGização sobre setores das organizações feministas, que reduziram seu potencial mobilizador e sua participação popular, com grupos islamitas conseguindo ampliar sua legitimidade social nesse vácuo amplo deixado, também, pelos movimentos.

Porém, o avanço do Hamas no cenário dessa fragilidade e fragmentação geral, causadas também pela ONGização, permitiu que o grupo transcendesse a esfera local, consolidando-se como um importante ator regional nas disputas e alianças do Oriente Médio.

Após a vitória do Hamas nas eleições legislativas de 2006, iniciou-se um processo de divisão política entre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, que culminou, em 2007, na consolidação do Hamas como ator transnacional articulado com forças regionais (JAD, 2018, p. 171).



FIGURA 5 – MAPA DOS PRINCIPAIS MEMBROS DO EIXO DA RESISTÊNCIA, LIDERADO PELO IRÃ



Fonte: Encyclopædia Britannica (2026)

Ainda de acordo com Jad (2018, p. 171), em 2013, o Hamas passou a ocupar uma posição crítica após a deposição de Mohammed Morsi, presidente egípcio ligado à Irmandade Muçulmana. Esse processo enfraqueceu o apoio desta organização ao Hamas e permitiu a intensificação do bloqueio israelense sobre Gaza. Paralelamente, o apoio do Hamas a grupos anti-Assad na Síria gerou tensões com Irã e Síria, importantes aliados estratégicos do grupo.



Portanto, a ascensão regional do Hamas não pode ser vista apenas a partir de sua atuação militar local em Gaza, mas pelas dinâmicas de fragmentação institucional e crise de representatividade que marcaram o ambiente palestino. Nisso, o enfraquecimento de movimentos populares e a crescente ONGização de setores da sociedade civil contribuíram para a ampliação da legitimidade social do grupo, abrindo caminho para sua participação em redes transnacionais ligadas tanto à Irmandade Muçulmana quanto ao Eixo da Resistência. As mudanças nas alianças regionais do Hamas após 2013, revelam como um ator não estatal armado pode adaptar suas articulações geopolíticas diante das constantes transformações políticas do Oriente Médio, ampliando riscos de instabilidade regional político-militar.



Os efeitos políticos internos no Estado Palestino, são resultados da somatória de ações intervencionistas das Organizações não Governamentais Internacionais ASALA e BWF e seus parceiros financiadores. Na tentativa de fortalecer o empreendedorismo transnacionalizado, que insere essas mulheres automaticamente no mercado internacional ao se engajarem com atividades e cursos profissionalizantes promovidas pelas organizações, esses atores inserem o pensamento neoliberal econômico mascarando a urgência à ação existente no contexto em que estão inseridas, utilizando da busca pelo sentimento de esperança ainda em tempos de guerra como mecanismo de controle.

Ocasionalmente alto grau de instabilidade na ação política por parte das mulheres palestinas e trazendo como efeito a despolitização da luta por soberania e o não-reconhecimento identitário patriótico, que impede o fortalecimento da imagem do Estado perante a comunidade internacional.

Ademais, a estratégia de contra-insurgência neoliberal fomentada pelo Estado de Israel, traz a tentativa de substituição da soberania estatal por uma "Cidadania Econômica" gerando o risco da subordinação ao capital israelense e regional, aumentando a dependência econômica e abrindo caminhos possíveis a intervenções de caráter neocolonial, especialmente em cidades próximas a fronteiras como Ramallah; encerrando de forma efetiva a busca pela autodeterminação estatal e soberania política.



O retorno e a atualização do pacto diplomático da solução dos dois Estados (ONU, 1947) pressupõem uma série de rearranjos políticos, institucionais e do tecido social que compõe essa região diversa e heterogênea. Aquela proposta não deve ser reproduzida mecanicamente, mas reinterpretada à luz das transformações territoriais, sociais e políticas ocorridas desde então, de forma que uma nova negociação seja capaz de estabelecer uma partilha mais justa e equitativa, construir mecanismos efetivos para impedir a expansão de assentamentos israelenses e garantir, previamente, uma unidade política palestina que represente democraticamente sua população.

Às mulheres palestinas, um cenário positivo só é possível a partir da redução das restrições territoriais, da ampliação dos seus direitos e da apropriação plena de sua cidadania, acessos e deveres. Nesse sentido, mesmo políticas públicas voltadas à autonomia econômica e à inserção dessa população no mercado de trabalho e em iniciativas de empreendedorismo devem garantir a autonomia política dessas mulheres, fortalecendo sua participação social e coletiva, e não interferindo em suas formas de organização enquanto cidadãs. Seus objetivos, financiamentos e aplicações devem ser claros, idôneos e fiscalizáveis, evitando a reprodução de mecanismos que individualizem problemas estruturais ou desmobilizem movimentos locais.

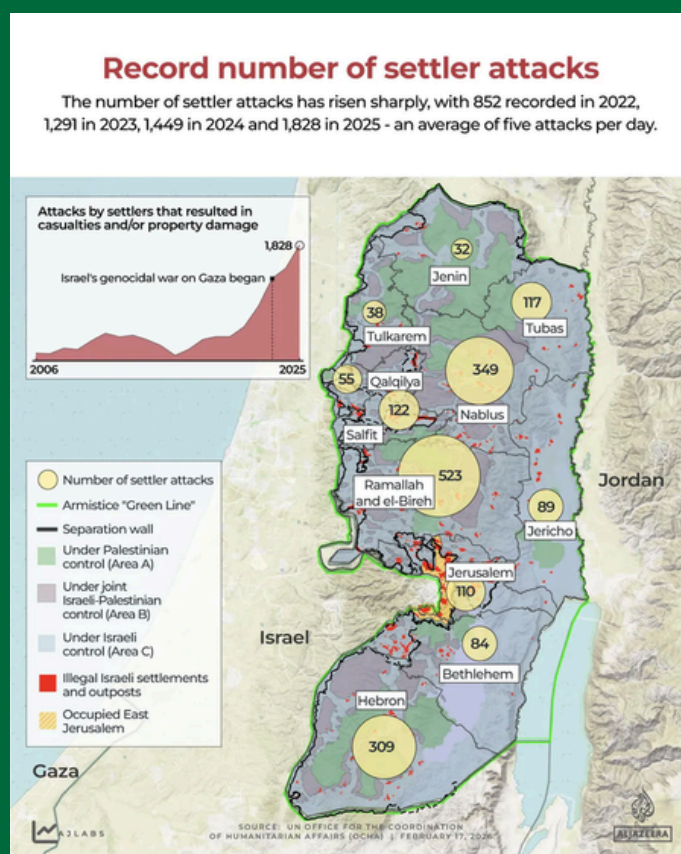
Todo esse processo, no entanto, é gradual e não elimina automaticamente desigualdades de gênero e de classe, mas institui bases para que uma transformação estrutural tenha início e produza, a médio e longo prazo, condições mais estáveis de justiça social, participação política e garantia de direitos. A pressão internacional multilateral nos mais diversos fóruns é parte fundamental dessa solução e, ao lado do reconhecimento pleno do Estado palestino, pode contribuir para a reconstrução institucional e da infraestrutura pública da região. Esse processo, contudo, depende diretamente da consolidação de um cessar-fogo duradouro e da inclusão ativa das mulheres palestinas nos espaços de reconstrução política, econômica e social do território.

ANÁLISE DE CENÁRIO PESSIMISTA



No cenário pessimista, as bases para a transformação estrutural descritas anteriormente não chegam a se constituir. O agravamento das políticas de controle territorial e subjetivo culmina no avanço contínuo dos assentamentos, na consolidação da impunidade israelense nas instâncias multilaterais e, por consequência, no apagamento progressivo da Palestina enquanto projeto de Estado soberano. Esse quadro não resulta de um único vetor de força, mas da atuação combinada da violência militar direta e da guerra híbrida cultural operada no plano neoliberal, processo que Penido e Stédile (2021) identificam como característica central das intervenções contemporâneas de potências hegemônicas sobre territórios periféricos.

FIGURA 6 – MAPA ILUSTRANDO O AUMENTO DO NÚMERO DE ATAQUES DE COLONOS ISRAELENSES AOS PALESTINOS POR ANO, COM 2025 SENDO O ANO RECORDE



Fonte: Al-Jazeera (2026)

ANÁLISE DE CENÁRIO PESSIMISTA



No plano físico, a colonização avança por meio de incursões militares diárias, demolições de propriedades, como as ocorridas em Safa, e ataques violentos de colonos protegidos pelo Estado contra vilas na Cisjordânia, a exemplo de al-Mughayyir e Duma. Esse processo encontra respaldo no sistema internacional pelo poder de veto dos Estados Unidos no Conselho de Segurança da ONU, garantindo que as tentativas palestinas de acionar o Tribunal Penal Internacional não resultem em responsabilização efetiva. Bhungalia (2015) nomeia esse mecanismo como gestão da violência: a ajuda humanitária não enfrenta a violência estrutural, mas a administra, tornando-a tolerável o suficiente para que nenhuma solução política seja exigida. Os dados da OCHA (2025) confirmam que os mais de 800 obstáculos físicos e postos de controle militares na Cisjordânia não são medidas excepcionais, mas infraestrutura permanente de controle, cujos efeitos recaem de forma desproporcional sobre as mulheres, como demonstram Griffiths e Repo (2020).

No plano institucional, Israel intensifica o uso de legislação antiterrorismo para classificar ONGs palestinas de direitos humanos e comitês de mulheres como organizações terroristas, cortando seus financiamentos e minando sua credibilidade. Esse mecanismo se articula com a lógica que Merz (2012) descreve ao caracterizar as ONGs como missionárias da nova era: ao reduzir antigas lutas sociais orgânicas a projetos técnicos e burocráticos de curto prazo, o onguismo despolitiza pautas seculares e converte cidadãos em grupos-alvo. A fragmentação territorial que acompanha esse processo é o que Taraki (2008) identificou como a lógica da enclave micropolis, na qual espaços como Ramallah funcionam como ilhas de relativa normalidade enquanto o entorno é sistematicamente espoliado.

O apagamento, contudo, não se dá apenas sobre o território. A luta coletiva pela autodeterminação e pelo reconhecimento identitário é gradativamente substituída pela doutrinação em uma cidadania econômica subordinada. As mulheres e a juventude palestina, alvos prioritários dos programas neoliberais, são estimuladas à ascensão individual e ao consumo, num movimento que enfraquece a resistência anticolonial e abre caminho para a dominação neocolonial plena.

ANÁLISE DE CENÁRIO PESSIMISTA



Em vez de garantir a autonomia política dessas mulheres, como exigiria qualquer política comprometida com sua cidadania plena, os programas de empreendedorismo funcionam como mecanismo de pacificação, integrando-as à economia de mercado enquanto sua terra é confiscada e sua resistência é desmobilizada, conforme demonstram Huberman e Santos (2026). A mobilidade social feminina promovida pelas ONGs torna-se, assim, substituto funcional da soberania nacional, numa dinâmica que Kuttub (2008) já antecipava ao denunciar a cooptação global das organizações de mulheres palestinas e sua crescente desconexão das contradições locais.

ANÁLISE DE CENÁRIO MAIS PROVÁVEL



O cenário de maior probabilidade não aponta para uma ruptura imediata, mas tampouco para o início de qualquer transformação estrutural. O que se projeta é a persistência de um caos administrado que não resolve o conflito e sim o institucionaliza, aprofundando a fragmentação territorial e a dependência política sem que a pressão internacional multilateral se converta em ação efetiva. A Autoridade Palestina segue existindo como entidade subnacional sem soberania real, exercendo funções administrativas que legitimam uma aparência de processo político sem que o reconhecimento pleno do Estado palestino avance. Gaza permanece sob bloqueio, com crises humanitárias recorrentes gerenciadas episodicamente por agências da ONU e ONGs, sem perspectiva de resolução estrutural. Bhungalia (2015) nomeia esse padrão com precisão: a ajuda humanitária opera como contrainsurgência suave, neutralizando a explosão social sem eliminar nenhuma de suas causas.

Nesse contexto, a ONGização dos movimentos sociais continuará ditando as dinâmicas da sociedade civil palestina, com organizações como o Business Women Forum e a ASALA promovendo a inserção econômica feminina por meio de microcréditos e capacitações empreendedoras. Essas iniciativas, por serem altamente dependentes de agências internacionais e das condicionalidades impostas por países ocidentais, atuarão como vetores de governança indireta, cultivando a ilusão de que é possível alcançar desenvolvimento e prosperidade econômica na ausência de soberania política e territorial. Jad (2010) nomeia esse fenômeno como a tensão entre buzzwords e movimentos sociais reais. Dulhunty e Bessell (2025), por sua vez, identificam a cisão entre o smart economics, isto é, o empoderamento feminino como instrumento de eficiência econômica, e um empoderamento feminista genuíno, que exigiria o enfrentamento das estruturas de poder que produzem a vulnerabilidade em primeiro lugar. O microfinanciamento, documentado pela PALMFI (2025) como setor em expansão nos territórios, ilustra bem essa contradição: amplia o acesso ao crédito sem modificar as condições de ocupação que limitam estruturalmente qualquer atividade econômica palestina.

ANÁLISE DE CENÁRIO MAIS PROVÁVEL



As mulheres palestinas vivem cotidianamente a tensão entre a necessidade urgente de sobrevivência material, imposta pelo asfixiamento econômico, e o desejo histórico de liberação, o Sumud, com sua mobilidade e seu potencial de trabalho brutalmente cerceados pelos mais de 800 obstáculos físicos e postos de controle israelenses (OCHA, 2025). Ainda assim, sua resposta não é de passividade. Kayali (2024) documenta estratégias de incrementalismo transformador, formas de resistência e resiliência que operam dentro das brechas deixadas pela cooptação neoliberal, sem aderir integralmente à lógica das ONGs nem ao confronto aberto. São essas formas de organização que qualquer política comprometida com a cidadania plena dessas mulheres deveria fortalecer, e não cercear.

O vácuo produzido no tecido social pela despolitização das pautas seculares gera um problema estrutural de representatividade que compromete a própria reconstrução institucional da região. Ao converter lutas históricas em projetos burocráticos de curto prazo, o onguismo corrói a legitimidade das organizações formais e abre espaço para que grupos armados e movimentos islâmicos, como o Hamas, ampliem sua legitimidade social e política, fenômeno que Merz (2012) e Wildenradt, Andersen e Nielsen (2018) associam diretamente ao processo de NGOização e ao esvaziamento dos movimentos de base. Sem um cessar-fogo duradouro e sem a inclusão ativa das mulheres palestinas nos espaços de reconstrução política, econômica e social, esse ciclo tende a se reproduzir indefinidamente.

No plano geopolítico, potências do Sul Global ampliam a retórica de apoio à causa palestina sem alterar o equilíbrio de poder no terreno. Os Estados Unidos mantêm sua posição de garantidor de Israel, com ajustes discursivos que não se convertem em mudança de política. Cox (apud LAMA, 2024) permite ler essa dinâmica como a reprodução das estruturas hegemônicas pela preservação das forças sociais e formas de Estado que as sustentam. A manutenção dessas políticas retroalimenta uma crise crônica de representatividade que eleva o risco de instabilidade militar em todo o Oriente Médio, com impactos potenciais sobre países vizinhos como o Egito e o Líbano. O status quo, portanto, não equivale a estabilidade: trata-se de uma deterioração lenta, administrada e internacionalmente tolerada, que adia indefinidamente as condições mínimas para que a transformação estrutural descrita no cenário positivo tenha qualquer possibilidade de início.



A análise deste estudo demonstra que a questão palestina ultrapassa um debate apenas humanitário ou de gênero, inserindo-se em uma disputa geopolítica e territorial marcada por relações de poder desiguais. Após os Acordos de Oslo, ocorreu um processo de “ONGização” dos movimentos sociais palestinos, especialmente dos movimentos femininos, tornando-os mais dependentes de financiamento internacional e de agendas neoliberais de desenvolvimento. Organizações como a BWF e a ASALA promovem o empreendedorismo feminino e a inserção econômica das mulheres palestinas, mas condicionadas por redes internacionais de financiamento.

Com base nas teorias de guerras híbridas, consenso hegemônico e gramscianas, o estudo conclui que organismos internacionais, governos ocidentais e ONGs também atuam como instrumentos de produção de consenso e difusão de valores da hegemonia liberal. O “empoderamento econômico” tende a deslocar a luta anticolonial e a autodeterminação palestina para soluções individualizadas baseadas no empreendedorismo e no mercado, contribuindo para a fragmentação da identidade coletiva palestina e para a despolitização da resistência. Ao mesmo tempo, a ocupação israelense continua impondo controle territorial e social, dificultando a simples circulação dos palestinos na própria Cisjordânia.

Em relação ao cenário mais provável, a tendência é a manutenção do status quo, marcada pela ocupação, fragmentação política e dependência econômica internacional. Mesmo existindo a defesa diplomática de dois Estados, os obstáculos estruturais permanecem elevados, dificultando mudanças significativas no curto e médio prazo. As mulheres palestinas estão em uma posição incerta, pois, ao mesmo tempo em que acessam programas de capacitação econômica, também enfrentam processos de desmobilização política e enfraquecimento da resistência coletiva.

Por fim, os riscos futuros são elevados e envolvem várias dimensões. Internamente, existem riscos de aprofundamento da despolitização dos movimentos sociais, enfraquecimento da identidade nacional palestina e ampliação da dependência econômica em relação ao capital internacional e israelense. Regionalmente, a continuidade da instabilidade político-militar e o fortalecimento de atores armados ampliam os riscos de crises humanitárias e escaladas do conflito. No plano internacional, a ausência de formas para conter a expansão territorial israelense contribui para a continuidade da impunidade e da deterioração das condições humanitárias, especialmente para mulheres e populações vulneráveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ALI, Marium. Mapping forced displacements and settler attacks by Israel in the West Bank. Al-Jazeera, 17 fev. 2026. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2026/2/17/mapping-forced-displacements-and-settler-attacks-by-israel-in-the-west-bank>. Acesso em: 27 maio 2026.

ASALA. Asala continues the implementation of the “Food Processing” Training Program for InnovAgroWoMed women beneficiaries, 22 dez. 2025. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20240618223018/https://asala-pal.org/media-center/2567.html>. Acesso em: 27 maio 2026.

ASALA. Asala Launches a Call for Applications to a Honeybee-Related Subgrant Under the Framework of the MedBEEsinessHubs Project, 12 abr. 2025. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20250524000945/https://asala-pal.org/media-center/2935.html>. Acesso em: 27 maio 2026.

ASALA. Our Mission, Vision and Values, 2025. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20241205220522/https://asala-pal.org/mission-vision-values>. Acesso em: 27 maio 2026.

ASALA. Policy papers and studies, 2025. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20240522202913/https://asala-pal.org/asala-library/policy-papers>. Acesso em: 27 maio 2026.

ASALA. Strategic partnerships, 2025. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20240618212740/https://asala-pal.org/strategic-partnerships>. Acesso em: 27 maio 2026.

AUGENSTEIN, Erica; SALHAB, Akram. Collective Consciousness in Motion: Palestinian Nationalism, Anti-Colonialism and the Struggle for Liberation. In: Routledge Handbook on Palestine. Routledge, 2024. p. 277-290.

AXIS of Resistance. Encyclopedia Britannica, 2026. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Axis-of-Resistance>. Acesso em: 27 maio 2026.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BHUNGALIA, Lisa. Managing violence: Aid, counterinsurgency, and the humanitarian present in Palestine. *Environment and Planning A*, v. 47, n. 11, p. 2308–2323, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0308518x15598263>. Acesso em: 24 mai. 2026.

BUSINESS WOMEN FORUM PALESTINE. About Us. [S.l.], 2026. Disponível em: <https://bwf.ps/en/about-us>. Acesso em: 7 maio 2026.

BUSINESS WOMEN FORUM PALESTINE. Amali, 2026. Disponível em: <https://bwf.ps/amali/>. Acesso em: 27 maio 2026.

BUSINESS WOMEN FORUM PALESTINE. Business Women Excellence Award, 2026. Disponível em: <https://bwf.ps/award/>. Acesso em: 27 maio 2026.

BUSINESS WOMEN FORUM PALESTINE. Networks, 2026. Disponível em: <https://bwf.ps/en/partners>. Acesso em: 27 maio 2026.

BUSINESS WOMEN FORUM PALESTINE. Nuwah, 2026. Disponível em: https://bwf.ps/nuwa/index_en.php. Acesso em: 27 maio 2026.

BUSINESS WOMEN FORUM PALESTINE. Powered by Women, 2026. Disponível em: <https://pbw.bwf.ps/>. Acesso em: 27 maio 2026.

BUSINESS WOMEN FORUM PALESTINE. Reports, 2026. Disponível em: <https://bwf.ps/en/reports>. Acesso em: 27 maio 2026.

CENTER FOR INTERNATIONAL PRIVATE ENTERPRISE (CIPE). Palestinian Territories: Business Association Development and Women's Economic Empowerment. Washington, DC, 2026. Disponível em: <https://www.cipe.org/projects/palestinian-territories-west-bank-gaza/>. Acesso em: 7 maio 2026.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, p. 126–155, jun. 1981. DOI: 10.1177/03058298810100020501. Disponível em: <https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/files/2016/02/Cox-Robert-Social-Forces-States-and-World-Orders-Beyond-International-Relations-Theory.pdf>. Acesso em: 8 maio 2026.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



DULHUNTY, Annabel; BESSELL, Sharon. Smart economics or feminist economic empowerment in feminist foreign policies?. *Third World Quarterly*, p. 1-20, 2025. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01436597.2025.2556984#abstract>. Acesso em: 23 mai. 2026.

FIORI, José Luís. O argumento de M.C. Tavares. In: *Uma teoria do poder global*. Editora Vozes, 2024. p. 344-348. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=svQkEQAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 27 maio 2026.

FIORI, José Luís. Sobre o Poder Global. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 73, p. 61-72, nov. 2005. DOI: 10.1590/S0101-33002005000300005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/9QRmdS45LpHNRKR4rrXV77c/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 maio 2026.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Understanding the gender-related impact of the crisis in the Gaza Strip and the West Bank for an inclusive response: Briefing note on the Occupied Palestinian Territory. Roma: FAO, 2024. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/bitstreams/54943775-b4ba-4d74-beb5-936bc61db658/download>. Acesso em: 7 maio 2026.

GADZO, Mersiha. After Trump's plan, what options do Palestinian leaders have? *Al Jazeera*, 30 Jan. 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/1/30/after-trumps-plan-what-options-do-palestinian-leaders-have>. Acesso em: 20 jun 2026.

GIANNI, Nicolas; MICHELE, Francesco; LOZZA, Chiara. From "Liberal" to "Liberating" Empowerment: The Community Protection Approach as Best Practice to Address NGO-ization. Civil Society Knowledge Centre, Líbano, nov. 2021. DOI: 10.28943/CSR.005.003. Disponível em: [https://civilsociety-centre.org/ar/paper/"liberal"-liberating"-empowerment-community-protection-approach-best-practice-address-ngo](https://civilsociety-centre.org/ar/paper/). Acesso em: 7 maio 2026.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



GRAY, Colin S. Irregular Warfare: One Nature, Many Characters. *Strategic Studies Quarterly*, v. 1, n. 2, p. 35–57, Winter 2007. Disponível em: https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/SSQ/documents/Volume-01_Issue-2/gray.pdf. Acesso em: 8 maio 2026.

GRIFFITHS, Mark; REPO, Jemima. Women and checkpoints in Palestine. *Security Dialogue*, 10 Jun. 2020. Disponível em: <https://academic.oup.com/sd/article/52/3/249/8369438>. Acesso em: 5 Mai. 2026.

HADDAH, Mohammed; ALI, Marium. Ten maps to understand the occupied West Bank. *Al-Jazeera*, 16 set. 2024. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/9/16/ten-maps-to-understand-the-occupied-west-bank>. Acesso em: 7 maio 2026.

HUBERMAN, Bruno; SANTOS, Isabela Agostinelli dos. Settler colonialism, neoliberal entrepreneurship, and the pacification of Palestinian women workers in East Jerusalem and Gaza. *International Feminist Journal of Politics*, p. 1–23, 2026. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14616742.2025.2606753>. Acesso em: 2 mai. 2026.

JAD, Islah. NGOs: Between buzzwords and social movements. *Development in Practice*, v. 17, n. 4–5, p. 622–629, 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09614520701469781#d1e85>. Acesso em: 3 mai. 2026.

JAD, Islah. *Palestinian women's activism: Nationalism, secularism, Islamism*. Syracuse University Press, 2018.

JAD, Islah. The NGO-isation of Arab Women's Movements. *The Institute of Development Studies and Partner Organisations*, 31 out. 2004. Disponível em: https://opendocs.ids.ac.uk/articles/journal_contribution/The_NGO-isation_of_Arab_Women_s_Movements/26440750?file=48186247. Acesso em: 27 maio. 2026

KAYALI, Liyana. Transformative incrementalism: Palestinian women's strategies of resistance and resilience amid gendered insecurity and neoliberal co-optation. *Security Dialogue*, v. 56, n. 6, p. 777–795, 2025. Disponível em: <https://academic.oup.com/sd/article/56/6/777/8435396>. Acesso em: 3 mai. 2026.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



KUTTAB, Eileen. Palestinian Women's Organizations: Global Cooption and Local Contradiction. *Cultural Dynamics*, 2 Jul. 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0921374008094283#tab-contributors>. Acesso em: 5 Mai. 2026.

LAMA, Sunny. Transformative International Relations Theory of Robert W. Cox. *GS WOW: Wisdom of Worthy Research Journal*, Nijgadh Bara, v. 2, n. 1, p. 35-52, abr. 2024. DOI: 10.62078/grks.2024.v02i01.004. Disponível em: <https://www.nepjol.info/index.php/gswow/article/download/72750/55495/211232>. Acesso em: 7 maio 2026.

MERZ, Sibille. 'Missionaries of the new era': Neoliberalism and NGOs in Palestine. *Race & class*, v. 54, n. 1, p. 50-66, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0306396812444820>. Acesso em: 3 mai. 2026.

NOZAKI, William. A geopolítica do "desenvolvimentismo". Resenha de: FIORI, José Luís. *História, Estratégia e Desenvolvimento*. [S.l.]: Fundação Perseu Abramo, 2017. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Geopolitica-do-desenvolvimentismo.pdf>. Acesso em: 7 maio 2026.

PENIDO, Ana; STÉDILE, Miguel Enrique. Ninguém regula a América: Guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2021/04/ninguem-regula-a-america-com-capa.pdf>. Acesso em: 7 maio 2026.

ROBERTS, Adrienne. The Political Economy of "Transnational Business Feminism" problematizing the corporate-led gender equality agenda. *International feminist journal of politics*, v. 17, n. 2, p. 209-231, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14616742.2013.849968>. Acesso em: 25 maio 2026.

SAAFIN, Khitam. As mulheres palestinas e a soberania territorial. *Capire*, 20 de março de 2022. Disponível em: <https://capiremov.org/analises/as-mulheres-palestinas-e-a-soberania-territorial/>. Acesso em: 25 mai 2026.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



TARAKI, Lisa. Enclave micropolis: the paradoxical case of Ramallah/al-Bireh. *Journal of Palestine Studies*, v. 37, n. 4, p. 6–20, 2008. Disponível em: <https://fada.birzeit.edu/jspui/handle/20.500.11889/3202>. Acesso em: 3 mai. 2026

THE PALESTINIAN Union for Small and Microfinance institutions. Fact Sheet June 2025. Disponível em: <https://palmfi.ps/sites/default/files/attachments/reports/Fact%20sheet%20June%202025.pdf>. Acesso em: 5 Mai. 2026.

THE PALESTINIAN Union for Small and Microfinance institutions. Fact Sheet June 2025. Disponível em: <https://palmfi.ps/sites/default/files/attachments/reports/Fact%20sheet%20June%202025.pdf>. Acesso em: 5 Mai. 2026.

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). West Bank Access Restrictions – November 2024. Genebra, 28 nov. 2024. Disponível em: <https://www.unocha.org/publications/map/occupied-palestinian-territory/west-bank-access-restrictions-november-2024>. Acesso em: 7 maio 2026.

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). West Bank Movement And Access Update May 2025. 28 Mai. 2025. Disponível em: https://www.ochaopt.org/sites/default/files/Factsheet%20Booklet_Movement_and_Access.pdf. Acesso em: 5 Mai. 2026.

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). West Bank Closure Maps. United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA), 2019. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/atlas2019/wbclosure.html>. Acesso em: 23 mai. 2026.

UNITED NATIONS. Palestine plan of partition with economic union – General Assembly resolution 181 (II) Future government of Palestine – Question of Palestine. United Nations. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-185393/>. Acesso em: 26 Mai 2026

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



WILDENRADT, Edda Maria von; ANDERSEN, Maria Lagoni Grube; NIELSEN, Maria Schnell. The NGOization in Palestine: An empirical study of the prevailing discourses in the NGO sector in Palestine. 2018. 96 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Globais de Refugiados) – Aalborg University, Aalborg, Dinamarca, 2018. Disponível em: https://projekter.aau.dk/projekter/files/281500974/Master_Thesis_The_NGOization_in_Palestine_RIGTIG.pdf. Acesso em: 7 maio 2026.



FECAP

PESQUISA DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DA DISCIPLINA
"CONFLITOS INTERNACIONAIS E GEOPOLÍTICA
CONTEMPORÂNEA", DO CURSO DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS DA FECAP (2026.1)

GIOVANNA LOPES
GIONANNA FRANCO
GUSTAVO AMARO
MARIA FERNANDA FERNANDES
ROBERTO TORRES

JUNHO/JULHO 2026

